

A DEFESA DO MERCADO NO BRASIL: O PENSAMENTO APOLOGÉTICO DE ROBERTO CAMPOS¹

Angela Ganem²

RESUMO

As grandes teorias liberais têm algo em comum: pensar o mercado como uma teoria geral da sociedade e fornecer os atributos científicos que garantam sua supremacia frente a outras formas de organização da sociedade. Esta concepção do mercado como alternativa social aparece originariamente na história das idéias na solução de Adam Smith frente aos filósofos do contrato, assume uma forma lógico-demonstrativa em Walras e nos desdobramentos matemáticos contemporâneos do *mainstream* da teoria econômica, para se cristalizar nas aventuras darwinistas dos libertários da escola austríaca, em que a história realizaria o auto-desenvolvimento do mercado. O objetivo do artigo é recuperar as matrizes das teorias do mercado tratando criticamente o pensamento ultra-liberal do economista Roberto Campos que, ao evocar suas referências hayekianas, as traduz numa defesa apologética do mercado como a única forma possível de organização da sociedade brasileira.

1 AS MATRIZES TEÓRICAS DO MERCADO, ADAM SMITH, WALRAS E HAYEK: UNIDADE NA DIFERENÇA

Adam Smith é considerado uma das grandes figuras da modernidade. Sua solução de uma ordem que emerge do mercado substitui a noção de contrato e desloca as disciplinas irmãs da explicação de uma lógica para os fenômenos coletivos: “*foi pensando a sociedade como mercado que Adam Smith revolucionou o mundo*” (Rosanvallon, 1989).

1 Este texto foi apresentado originalmente no *XX Encontro Latino-Americano de Sociologia* promovido pela Associação Latino-Americana de Sociologia, USP, São Paulo, 1997.

2 Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense.

Só é possível entender a força e a superioridade de sua solução frente à solução dos filósofos contratualistas (Hobbes, Rousseau e Locke) se o considerarmos entre os grandes pensadores da modernidade, entre aqueles que aceitaram um dos maiores desafios teóricos da filosofia política, qual seja: explicar a emergência e a regulação da ordem recorrendo única e exclusivamente à imponderável e complexa ação dos indivíduos. Tratava-se de fornecer uma explicação para a lógica dos fenômenos coletivos a partir de uma *démarche* individual dispensando definitivamente a explicação divina. Se, para a ordem física, a questão fora expulsar os anjos do céu (Gusdorf, Koyré) descobrindo um método (Descartes) que decifrasse a inteligibilidade física do universo (Galileu, Newton), para a ordem social tornava-se necessário pensar a sociedade como auto-instituente e o homem como fundamento da sociedade. Impunha-se encarar uma sociedade desencantada (nos termos weberianos) que não seria mais fundada sobre uma exterioridade, mas sobre ela mesma.

A solução magistral de Hobbes supõe o contrato para a explicação da emergência e instituição da ordem, elemento que Adam Smith dispensa ou subentende na sua construção teórica. A ordem smithiana é compreendida, explicada e instituída pela emergência não-intencional das ações individuais movidas exclusivamente pela perseguição dos seus interesses privados. O vício privado mandevilliano é superado pela noção de interesse, idéia desvinculada do pecado e que, articulada ao conceito de mão invisível, fornece inteligibilidade teórica necessária à ordem social que se instaura.

Duas leituras se apresentam para a compreensão do nascimento da economia e a explicação da emergência da ordem liberal. Na primeira³, a moral é totalmente descartada na fundação da economia, o interesse redundando em *self interest* e Adam Smith, filósofo da Teoria dos Sentimentos Morais, supera a inconveniência dos julgamentos morais recortando a ação dos agentes e se definindo como economista. Uma segunda leitura (expressa contemporaneamente, entre outros, por Dupuy, 1992) questiona este reducionismo imposto ao filósofo moral Adam Smith e não aceita a idéia do nascimento da economia livre da moral e do comportamento do sujeito smithiano livre de injunções morais. Além disso, questiona o postulado de que um pensador para analisar o fenômeno econômico precisa reduzi-lo, expulsando todo e qualquer julgamento moral. Embora na história do pensamento econômico esta tenha sido uma

3 Identificam-se com esta perspectiva a maior parte dos historiadores do pensamento econômico, além das teses conhecidas de Hirshman (1979) e Dumont (1977).

das questões com que mais se gastou tinta (intitulada *Das Adam Smith Problem*⁴), o que parece ter ficado da controvérsia e permanecido como grande legado foi o mito da mão invisível como o único mecanismo automático e regulador do mercado e que, portanto, toda e qualquer moralidade, valores ou Estado são desnecessários. A primeira leitura, considerada triunfante, advoga a garantia de uma mão invisível que orquestra desejos individuais, encapsula valores e moral e se traduz na fórmula perfeita definidora do mercado: o mercado e a ordem que ele representa são a expressão da emergência não-intencional de um grande número de pessoas movidas por seus próprios interesses pessoais. O mercado, como dirá Hahn dois séculos mais tarde, repetindo a idéia smithiana da mão invisível, “*impõe a ordem no caos potencial*” (Hahn, 1986). Uma solução teórica que fez de Adam Smith um dos grandes teóricos da modernidade e de sua teoria a maior referência das teorias do mercado: do *mainstream* à escola austríaca passando por Garry Becker, todos o evocam e disputam ser seus legítimos e fiéis herdeiros.

Todavia, se na origem explicativa da ordem liberal sobrevivem polêmicas sobre o sujeito smithiano e sobre a natureza do fenômeno econômico, as exigências de positividade e cientificidade requeridas ao longo dos séculos XVIII e XIX não deixarão mais dúvidas sobre o caminho de axiomatização a ser seguido por uma ciência carente de provas e enfeitada pelo espelho da Física. Para uma ciência que elege como seus os critérios newtonianos de cientificidade e que se define como análoga à Mecânica Clássica (Walras, 1952) só lhe resta assumir o desejo incontido e consciente de tornar-se um dia *hard science* expulsando definitivamente de seus domínios a moral e o Estado. Em primeiro lugar, guarda-se a ambição smithiana do mercado como teoria geral da sociedade. Em seguida, procede-se à passagem epistemológica de uma ordem explicada a partir de uma herança empiricista e comungada a um projeto baconiano-praxeológico de ciência rumo a uma ciência que se definirá nos seus fundamentos como essencialmente racionalista e apriorista. Neste ponto, a Matemática, a formalização e a modelização passam a ser os critérios soberanos definidores de cientificidade (Ganem, 1989; 1993).

Agora não basta afirmar que os interesses individuais produzem algo que se traduz na noção coletiva do bem-estar para todos. É necessário, imprescindível e inadiável demonstrar lógico-matemáticamente a superioridade do mercado como forma de organização da socie-

4 Foge aos objetivos do trabalho citar os inúmeros textos que sustentaram a polêmica em torno do paradoxo de Adam Smith. Para uma visão geral da discussão remeto o leitor a Bertrand (1994).

dade. E será este desafio que Walras enfrentará dentro da sua perspectiva de transformar a ciência econômica num belo e poderoso teorema. A partir de uma abordagem axiomática, ideal, de hipóteses irreais e de parâmetros altamente restritivos, pretenderá demonstrar que a ordem do mercado é “equilibrada”, “estável” e “ótima”. E de uma certa forma revelar, a partir desta ambição demonstrativa, o desejo ascético de construir aprioristicamente os fundamentos rigorosos de uma ciência exata. Este caminho inaugurado por Walras será retomado na década de 50 deste século e terá como grande marco teórico os desdobramentos matemáticos de Arrow e Debreu expressos na demonstração da existência do equilíbrio e na enunciação dos teoremas do bem-estar (Arrow, Hahn, 1971). Mas se a demonstração da existência e da “otimicidade” pode ser considerada um sucesso incontestável (se nos abstrairmos das dificuldades dos efeitos externos no caso da ordem ótima) dando novo *élan* ao desígnio demonstrativo dos neoclássicos, a questão da estabilidade é algo que tem se mostrado inalcançável. Na verdade, ela denuncia as dificuldades teóricas de se dar conta da complexidade e expõe a tensão existente entre o coerente (lógico-matemático) e o complexo no âmbito da teoria neoclássica. Em trabalho recente, sugiro que a mesma fonte demonstrativa que nutre e dá vigor ao projeto de mercado evocado pelo *mainstream* fornece os elementos sinalizadores dos seus impasses lógicos e paradoxos que, por sua própria natureza, colocam em xeque a ambição racionalista e desnudam a dificuldade de transformar a Economia numa prova lógica (Ganem, 1996).

Se os critérios excludentes da matematização e da modelização do fenômeno econômico têm, por um lado, tornado a Economia cada vez mais complicada e irrelevante (Tolipan, 1992), degenerada (Morishima, 1992), de outro lado, não têm quebrado ou ameaçado a hegemonia do *mainstream* entre as correntes teóricas contemporâneas da Economia. Neste caminho de axiomatização e complexidade crescente de cálculos, o sujeito smithiano foi substituído definitivamente pelo homem econômico racional, um ser abstrato, atomizado e movido por um cálculo racional. A noção de bem-estar clássica foi substituída pela noção física de equilíbrio e o econômico eliminou definitivamente de seu espaço disciplinar o Estado, a moral e qualquer injunção valorativa.

Considero que do ponto de vista filosófico esta ambição racionalista de transformar a Economia num ato lógico ou num poderoso teorema só pode ser explicada pela mitificação da onipotência da razão que pretende que um mundo idealizado obedeça a uma ordem intrínseca, a do mercado, capaz de ser desvelada, uma vez por todas, reeditando o

homem moderno da crítica heideggeriana⁵. E será exatamente através deste filão filosófico já trilhado por inúmeros críticos à razão que Hayek articulará em um só pensamento a crítica filosófica à razão cartesiana com uma defesa teórica contemporânea do mercado.

A defesa do mercado em Hayek extrapola os limites do economicismo ou de qualquer disciplina *stricto sensu* para se colocar no plano da filosofia social e da teoria da história. A consequência direta desta ambição do seu pensamento é a reabertura de novos horizontes teóricos para o velho projeto liberal do mercado. Adquire novo alento, conforto e sobrevida preconizar com Hayek que o mercado é a melhor forma de organização da sociedade ou que se tem uma teoria geral da sociedade sistematizada, interessante e atual.

Contra o pensamento unitário dos neoclássicos e a distância entre a demonstração lógico-matemática e a construção do mercado, Hayek revida com *souplesse* teórica, com afinidades inesgotáveis com o discurso heterodoxo, criticando desde os limites tacanhos da racionalidade paramétrica à idéia emblemática do equilíbrio como noção central da Economia. Mas não se trata apenas disto. O discurso hayekiano sobre evolução e história e sua crítica à razão demonstrativa reforça a idéia de uma razão que supera a lógica demonstrativa formal e se instaura no campo da razão argumentativa ou retórica (Perelman, 1970). De fato, trata-se de superar as provas lógicas e se colocar no plano do convencimento. Ganha aquele que for capaz, através de argumentos científicos (plausíveis mas não necessariamente formalizáveis), de convencer socratamente um auditório universal.⁶

Mas caminhemos um pouco com Hayek na sua crítica à razão cartesiana, à razão construtivista ou à idéia emprestada de Popper de um racionalismo ingênuo que exige ser substituído por um racionalismo crítico. Esta visão crítica não apenas traria para o centro do palco os limites da verdade e da razão humana como evitaria produzir hecatombes sociais e servidão humana que, na sua opinião, tanto o fascismo como o estalinismo produziram. Seu liberalismo é radical no sentido de que toda intervenção introduz desordem e é produtora de injustiças. Sua crítica aos neoclássicos incide sobre o paradoxo da defesa do mercado como mecanismo de ajuste automático e a presença necessária de um Estado corretivo. Para

5 Sobre a idéia da TEG como mito racional, isto é, como extrapolação da razão ver tese de doutoramento: "*Théorie de l'équilibre général: le mythe d'un ordre rationnel*" (Ganem, 1993).

6 Sobre razão retórica, consultar a vasta obra de Chaim Perelman. Como referência maior "*Le champ de l'argumentation*" (Perelman, 1970).

evitar os efeitos nefastos do intervencionismo e do racional-construtivismo sugere o jogo catalítico, puro e espontâneo do mercado: o único capaz de produzir riqueza.

Neste quadro, o Estado aparece como o legítimo defensor das liberdades individuais. Cabe a ele a incumbência de garantir os direitos negativos do cidadão. Somente as regras de um governo que favorecem o funcionamento catalítico do mercado aumentariam as chances de todos (Hayek, 1993).

Sua explicação de uma ordem espontânea que evoca na base a não-intencionalidade dos comportamentos humanos de Adam Smith pretende substituir a ordem racional lógica matemática dos neoclássicos. Partindo de um mundo complexo (o que o aproxima da heterodoxia) e de uma razão que é poderosa porque sabedora de seus próprios limites, o autor edifica sua crítica à ordem racional neoclássica. Frente a esta ordem fabricada (*taxis*), posto que vem do plano e do desígnio humano e que supõe um mundo simples e passível de ser captado por um conhecimento perfeito, Hayek sugere uma ordem que é eminentemente espontânea pois emana da *praxis* (*Kosmos*) num mundo complexo e que exige do homem adaptação a ele. Além disso, deste mundo só é possível ao homem almejar um conhecimento fragmentado, limitado, não-previsível, cortado por dúvidas e ignorância. Hayek, nos seus fundamentos críticos à onipotência da razão é contundente: “*Nos não inventamos nosso sistema econômico. Nós não somos suficientemente inteligentes para isto.*” (Hayek, 1980, t. 3, p. 196). Contra a idéia de um mundo simples ou de um universo-máquina passível de ser captado por regras metódicas claras e distintas em que se tem a matemática como *mathesis universalis*, Hayek acena com regras oriundas da *praxis*, da experiência e da tradição. Regras que seriam transmitidas pela cultura e que são muitas vezes perpetuadas pelos homens antes mesmo de serem conhecidas e dominadas pelas palavras (sua analogia conhecida às regras gramaticais). Tudo para marcar uma radical discordância com a idéia de regras inatas ou conhecidas por um espírito humano capaz de desenvolver a civilização e construir em última análise a história, a cultura, o mercado ou o Estado.

Contra a idéia do “*man makes himself*” de Gordon Childe ou a idéia de que é a razão que cria o fio da evolução civilizatória, Hayek advoga a idéia de que nem o espírito nem a razão são anteriores à civilização, mas se desenvolveram simultaneamente com ela. Portanto, sua crítica ao racionalismo construtivista é visceral, contundente e ataca não apenas a matriz cartesiana, como também a expressão mais acabada do ultra-racionalismo que é a idéia hegeliana de um espírito absoluto que conhece pela razão soberana as leis da evolução da história. Compreender

a razão e a história, criticar a onipotência da razão em descobrir leis imanentes da história são, a meu ver, os eixos centrais do pensamento hayekiano que permitem articular seus conceitos e compreender o sentido maior de sua obra. Sua proposta de ordem espontânea (cataxia) que se contrapõe em todos os planos à ordem racional não se esgota em contrapontos conceituais generativos mas carrega a idéia subjacente da possibilidade de compreensão da história.

Contra o construtivismo racional, Hayek reivindica um evolucionismo em que as instituições e regras, produtos da seleção natural, expulsam na prática todo voluntarismo e eliminam qualquer vestígio construtivista. Luc Ferry, no entanto, aponta um paradoxo no raciocínio de Hayek, o qual considero extremamente pertinente e elucidador:

“o hiperliberalismo de Hayek é um hiper-racionalismo porque ele pressupõe como Hegel que na história tudo se desenvolve racionalmente e que mesmo as iniciativas aparentemente mais irracionais participam da auto-realização de uma razão: a do mercado (...). À força de preservar os direitos e a liberdade dos efeitos nefastos do intervencionismo, o liberalismo hayekiano confia tudo à história ou ao autodesenvolvimento do mercado” (Ferry, 1984).

Isto nos permite afirmar que o evolucionismo de Hayek é um historicismo e um economicismo que se realimentam mutuamente: **a história existe e afirma incondicionalmente a auto-realização do mercado. Para Hayek, o mercado foi, é e será em última análise a melhor forma de organização da sociedade.**

Na verdade, Hayek recupera radicalmente a idéia smithiana de uma ordem que emerge espontaneamente, jogando-a no plano da história e se desvencilhando de todas as dificuldades metodológicas que os neoclássicos sofrem por perseguirem a prova lógica da superioridade inquestionável do mercado. Livre das injunções matemáticas, o discurso da ordem liberal paira dogmaticamente sobre a história. Como Luc Ferry, suponho que Hayek cai na armadilha da razão que ele mesmo constrói e acaba por reeditar como Laplace e Hegel o mito racional de descobrir leis eternas, imutáveis, que lêem o mundo de forma clara e definitiva.

Considero que é exatamente esta idéia forte do mito da mão invisível sustentada por uma crítica à razão aliada à idéia perniciosa de um processo impessoal e inexorável do mercado que tem permitido e

sustentado nas últimas décadas a apologia e a retórica da defesa do mercado. E não será por outra razão que Roberto Campos, que na década de 50 criticara Hayek, muda de opinião e passa a considerá-lo sua grande fonte de inspiração e aquele que com maior competência representa o discurso neoliberal contemporâneo.

2 ROBERTO CAMPOS: LÓGICA E APOLOGIA NA DEFESA DE SUAS IDÉIAS

Roberto Campos, diplomata e economista, com formação filosófica e teológica, foi Ministro do Planejamento, senador e deputado federal, estando presente no cenário político brasileiro por mais de cinquenta anos. De 1951 a 1964, apresentou e executou propostas para a industrialização brasileira, tendo o Estado como alavancador do projeto. Antes de ter participado do Governo Castello Branco, preconizando políticas de arrocho salarial, profundamente recessivas, Roberto Campos assessorou Getúlio Vargas na criação da Petrobrás. Foi membro da Comissão Mista Brasil-EUA, um dos criadores do BNDES, formulou com Lucas Lopes o Plano de Metas para JK, além de estar presente nos Governos Jânio e Jango.

Neste período, estava distante da corrente neoliberal, formada entre outros por Bulhões, Gudin e Daniel de Carvalho. Este grupo, liderado por Eugenio Gudin, preconizava o mercado como solução para a eficiência e o progresso da economia brasileira admitindo, no entanto, a intervenção estatal saneadora. Gudin, por exemplo,

“não só aceitava intervenção do Estado para corrigir as deficiências do funcionamento do sistema econômico em períodos de depressão, como inclusive, bem à moda da ressurgência do otimismo neoliberal dos anos 50, evoluiu para a visão de que mediante políticas econômicas adequadas, pode-se até neutralizar as oscilações cíclicas”
(Bielschowsky, 1988, p. 46).

Esta perspectiva teórica de matriz neoclássica em que a mão visível do Estado é chamada para corrigir disfunções da mão invisível produziu, como já vimos acima, uma forte reação teórica no seio do discurso liberal. O fato do mercado não funcionar plenamente na promoção de um ajuste automático e recorrer ao Estado para superar esta limitação revelava um paradoxo na teoria neoclássica até então não

enfrentado: o recurso à centralização num pretensão discurso da descentralização (De Villé, 1990; Lagueux, 1989).

Como resposta à posição titubeante dos neoclássicos que se confundia com o intervencionismo keynesiano, surge o discurso radical dos ultra-liberais, a escola austríaca, encabeçada por Hayek. Roberto Campos, nesta época, criticava as duas perspectivas. Colocou-se de uma só feita contra o radicalismo de Hayek e contra a posição titubeante da ortodoxia liberal brasileira. Contra Hayek, ele afirma:

“como quer que seja é indiscutível que o grupo antiplanificador se torne uma minoria na atribulada fraternidade dos economistas. As objeções teóricas sobre a irracionalidade dos sistemas de preços e distribuição de fatores nas economias planificadas foram destruídas em grande parte pela análise de Barone, Taylor e Lange” (Campos, 1952, citado por Bielchowsky).

Contra a posição titubeante dos ortodoxos liberais no Brasil, respondeu com uma prática política contundente. Na história do pensamento brasileiro se filiou ideológica e praticamente ao pensamento desenvolvimentista, naquilo que ele apresentava de mais fecundo, isto é, a possibilidade de superar o atraso e a pobreza brasileiros, assentado num projeto de industrialização integral. Embora fizesse parte daqueles que acreditavam na contribuição importante do capital estrangeiro neste processo e, portanto, defendesse posições conservadoras no interior da perspectiva desenvolvimentista, preconizava que o Estado deveria manter o controle decisório nos setores fundamentais para promover a industrialização. Seu pensamento expresso nos relatórios da Comissão Mista Brasil-EUA e do Programa de Metas de JK eram testados em concretas políticas de investimento, o que não deixava margem a dúvidas sobre suas posições, como também dispensava a retórica do convencimento.⁷ A relação direta entre projeto e prática política, entre pensamento e ação é sublinhada por Bielschowsky na análise que fez dos textos, relatórios e programas elaborados em sua maior parte por Campos:

7 A obra tanto de natureza científica como jornalística de Roberto Campos é bastante extensa. O presente trabalho visa apenas a recuperar e a analisar o aspecto retórico de sua obra. Ou seja, como foi e é exercida sua necessidade de divulgar e fazer apologia de suas idéias fazendo uso de artigos semanais nos principais jornais de circulação do País. Neste sentido, foram selecionados alguns trabalhos que demonstram a constância desta preocupação ao longo de toda a sua vida pública.

“a leitura sugere que os traços básicos da formação da estrutura industrial brasileira nos anos 50 passavam da cabeça de Campos, aos pronunciamentos e à política desenvolvimentista de JK” (Bielschowsky, 1988, p. 125).

Em 1964, quando já praticava uma política recessiva ao lado de Castello Branco e tinha contra si toda a esquerda brasileira, Roberto Campos, reafirmava sua posição de princípio com relação à participação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, advertindo:

“Os regimes capitalistas já experimentaram sua quota de desencanto no tocante ao profético otimismo do liberalismo da escola manchesteriana. Nenhum mercado, por si só guiado pela mão invisível, levou a uma distribuição ideal da renda, nem o livre comércio levou a uma ótima distribuição entre as nações dos ganhos de renda e produtividade. O intervencionismo estatal, hoje generalizado e o protecionismo comercial, assim como várias modalidades do planejamento econômico, ora em voga, são um constante desmentido do profético otimismo do liberalismo econômico de antanho” (Campos, 1964, p. 219).

Sua posição, no entanto, nos idos de 1968/1969, quando estava na iniciativa privada e, portanto, não participava diretamente dos Governos Costa e Silva e Médici, foi se desvencilhar do desenvolvimentismo associando-o ao nacionalismo.

“O mais aliciante dos ismos é o nacionalismo. E ao mesmo tempo, um poderoso elemento na formação das nações, na criação de uma personalidade política e na motivação do povo para grandes arrancadas. Porém é, ao mesmo tempo, um fértil produtor de aberrações, pelo contraste entre a extravagância ocasional dos fins e a incompetência no manejo dos meios.” (Campos, 1969, p. 229)

Sobre desenvolvimentismo afirmava:

“o desenvolvimentismo com freqüência associado ao populismo busca a fórmula mágica da forma-

ção de capital sem a formação de poupanças”
(Campos, 1969, p. 228).

Mas se Campos fazia questão de enterrar o passado desenvolvimentista, guardava sua perspectiva intervencionista planificadora mantendo até este período, no que diz respeito a este aspecto, um pensamento profundamente antihayekiano. Sua elegia à capacidade de “modelar”, “planejar”, “prevenir um futuro desejável” e na possibilidade de construir uma engenharia social atingia os alicerces críticos do construtivismo racional, ponto de partida da perspectiva teórica de Hayek. No seu discurso na *Union Industrial Argentina*, Campos, além de advogar a criação de um mercado comum latino-americano sem protecionismos, afirma:

“Temos em mãos a capacidade de fabricar nosso próprio destino. Esta é, na realidade, a grande obra de engenharia social na América Latina. Pois, como disse Pierre Massé, o grande planificador francês: trata-se menos de adivinhar o futuro do que de o modelar; menos de prevenir um futuro provável do que realizar o futuro desejável. O plano, dizia Pierre Massé, é uma aventura calculada e não uma superstição aritmética”
(Campos, 1969, p. 234).

Parecia difícil descartar sua idéia-força nos idos JK de planejar para romper pontos de estrangulamento, criando pontos de germinação. As décadas de 70 e 80 assistirão, no entanto, sua mudança de perspectiva, seu encantamento pelo discurso ultraliberal e, portanto, pela superação da idéia do planejamento como instrumento eficiente para combater desequilíbrios da economia.

No Governo Geisel, Roberto Campos volta à vida pública como embaixador em Londres e, em 83, é eleito senador por Mato Grosso. Nas décadas de 70 e 80, percebe-se seu processo de identificação cada vez maior com o pensamento econômico liberal hayekiano. Num de seus numerosos artigos presta homenagem à escola austríaca, lamenta que a revolução econômica liberal não tenha aportado ainda em plagas brasileiras. Neste momento, afirma que *“as raízes do pensamento econômico liberal estão na escola austríaca de von Mises e Hayek que, por muito tempo negligenciados, voltam agora ao prosclênio”* (Campos, 1984, p. 85). Diagnosticando sobre a ascendência e o sucesso político do movimento neoliberal no mundo na década de 70 aponta quatro razões:

- 1) o desapontamento com o keynesianismo (cuja contrafação latino-americana foi o estruturalismo);
- 2) o desapontamento com a ineficiência econômica do planejamento centralizado dos sistemas marxistas;
- 3) o desapontamento com o *welfare state*, que levou a um crescimento desproporcional de benefícios e custos;
- 4) o desabrochar da era da alta tecnologia que pressupõe individualismo criador e excitação competitiva impossível de alcançar sob a égide de burocracias dirigistas (Campos, 1984, p. 86).

Mas será no ponto crucial da justiça social que Roberto Campos defenderá a idéia do mercado como uma ordem espontânea capaz de se apresentar como a melhor forma de organização da sociedade e que, em última análise, toda intervenção do Estado é produtora de injustiça. No texto “Ogro Filantrópico” Campos afirma que “o conceito de justiça social é perigoso, pois ninguém sabe o que significa”. “E o que é pior”, continua:

“conforme nos ensina Hayek, o conceito é basicamente incompatível com uma sociedade de homens livres”(...). “Se se trata de ‘igualdade de resultados’, a coisa é impossível porque Deus nos fez diferentes; uns geniais, outros cretinos (estes com grande excesso de oferta); uns laboriosos, outros vagabundos. Seria mais plausível se pensássemos em ‘igualdade de oportunidades’. É lícito esperar que o Estado se concentre no problema de prover a todos os cidadãos oportunidades de educação e satisfação de carências básicas. Aliás, é essa a principal justificativa para a existência do Estado. Mas, mesmo na hipótese onírica de se igualarem as oportunidades, os resultados continuariam diferentes” (...). “Uma sociedade igualitária tem de ser também uma sociedade autoritária, pois pressupõe que alguma autoridade intervenha para impor uma distribuição diferente daquela que prevaleceria numa sociedade livre”. (Campos, 1984, p. 118-119)

E evocando Hayek, afirma:

“Hayek sugere sensatamente que a sociedade se proponha objetivos mais modestos. Ao invés de falarmos em justiça social em abstrato, falemos em ‘normas justas de conduta’ (...). As normas de conduta seriam a garantia de que leis gerais e imparciais seriam aplicadas a todos. As normas de conduta é que são justas não os resultados da conduta” (Campos, 1984, p. 118-119).

Na década de 90 e até a presente data, como deputado federal pelo PPB do Rio de Janeiro, continua divulgando seus pensamentos pelos principais jornais de circulação no País de forma cada vez mais agressiva e contundente. Publicou em 1994 “Lanterna na Popa”, um livro de memórias em dois volumes e reuniu no recente “Antologia do Bom Senso (1996)” uma centena de artigos redigidos entre 1990 e 1995 para suas colunas semanais do Globo e da Folha de São Paulo, além de três conferências.

Neste período, além de opinar sobre questões de ordem conjuntural fez questão de deixar claras suas opções teóricas de fundo: suas concepções de sociedade como mercado, neoliberalismo, estado minimal, bem como sua crescente identificação com Hayek. Sobre a tese do “mercado como a melhor forma de organização da sociedade”, afirma que apesar das imperfeições “*é a forma mais eficiente de sistema produtivo*” (Campos, 1996, p. 202) ou que:

“ele é inerentemente sujeito a perturbações cíclicas, ou seja, o processo de volta ao equilíbrio não é tão rápido que torne pouco significativos os fenômenos de recessão, falência e desemprego, que podem acontecer durante o período de ajustamento. Apesar de tudo é o sistema que até hoje melhor conseguiu atender ao tríplice objetivo da liberdade política, eficiência econômica e progresso social” (Campos, 1996, p. 218).

Ou ainda, “*A grande força do mercado é que ele é plebiscitário (...) O mercado é a democracia aplicada à economia.*” (Campos, 1996, p. 203)

Sobre o neoliberalismo e o estado minimal afirma:

“Neoliberalismo não é senão a economia do mercado com face humana” (...). “O estado deve in-

tervir para estabelecer as regras do jogo, preservar a concorrência e socorrer os desvalidos. E a isso que se destinam as propostas dos grandes liberais: a garantia de renda mínima para os mais pobres, de Milton Friedman, e a 'rede de segurança para os desvalidos' de Hayek" (Campos, 1996, p. 199.)

Sobre Hayek, teceu loas ao que chamou de o grande manifesto liberal:

"O Caminho da Servidão' foi publicado em 1944, no auge do intervencionismo governamental, incrementado pelos controles da economia de guerra. Era um libelo contra a planificação burocrática e o dirigismo econômico, exemplos funestos daquilo que Hayek chamava de presunçoso construtivismo" (Campos, 1996, p. 77)

"O grande liberal austríaco, Hayek, tem ojeriza pelo adjetivo 'social'. (...) Todo liberalismo é social e não precisa ser assim adjetivado" (Campos, 1996, p. 221). E, finalmente, contra todo tipo de intervenção construtivista do plano afirma:

"estamos assistindo ao ocaso da mística do planejamento. Pouco se ouve falar em planos quinquenais, decenais ou estratégia de longo prazo. A nova teoria desenvolvimentista é muito menos pretensiosa: tudo o que o governo deve fazer é assegurar a estabilidade da moeda, investir maciçamente na formação do capital humano, abrir a economia ao sopro da concorrência internacional e evitar distorções no mecanismo de preços. 'Planejar o desenvolvimento' era o antigo slogan. 'deixar funcionar o sistema de preços' é o segredo do êxito" (Campos, 1996, p. 224).

Nos seus mais recentes escritos posiciona-se firmemente contra qualquer tipo de monopólio estatal e contra a lentidão do processo de privatização:

"Um neoliberal jamais se comprometeria a não privatizar a Petrossauro, essa fábrica de sandices nacionalistas, que nos abastece exageradamente

de orgulho e insuficientemente de combustível”
(TRÊS CONVERSÕES, 1997).

Contra o sistema previdenciário atual:

“Por ser compulsoriamente estatal, a previdência é antidemocrática, obrigando o cidadão a confiar sua poupança a esse administrador catastrófico, o Estado.” (AS ICHNEUMONIDAE ..., 1995)

E contra qualquer ação política que venha alterar o sistema distributivo de renda:

“Todos sabemos que a responsabilidade pela péssima distribuição de renda no Brasil cabe principalmente à inflação, à falta de educação básica e às injustiças da previdência pública.” (TRÊS CONVERSÕES, 1997).

No nível conceptual mais geral, reafirma seu olhar hayekiano, não perdendo a oportunidade para, em meio a posições na política conjuntural, fazer a apologia das benesses do mercado no seu jogo catalítico puro, criticar o planismo, sublinhar o papel das regras que emanam da prática. Sobre liberalismo, mercado e regras afirma:

“Liberalismo não quer dizer anarquia, nem ausência de regras de jogo. O pensamento econômico de linha liberal, que voltou a predominar em todo mundo civilizado, não propõe abolição de regras. Apenas recomenda o mínimo de interferências com os mecanismos automáticos de ajuste que operam no mercado, ao invés da intervenção quase sempre inepta e arbitrária, e freqüentemente corrupta, das burocracias governamentais” (O CARNAVAL..., 1996).

“O mercado é excelente mecanismo para apurar as preferências das pessoas. E a forma mais democrática, imaginável, um plebiscito ininterrupto para sinalizar os preços relativos dos fatores, sem os quais não há cálculo racional possível. (...) Um liberal é apenas alguém que quer o máximo de liberdade e bem-estar para todos. Sabe que isso exige o máximo de eficiência e requer um Estado enxuto, capaz de fazer aquilo que os agentes eco-

nômicos individuais, por si sós, não podem fazer tão bem, coisas como justiça, segurança, infra-estrutura, escolas, hospitais, bibliotecas, defesa do meio ambiente” (OS PERIGOS..., 1995).

Criticando a armadura do pensamento da ortodoxia neoclássica cujos fundamentos são axiomáticos e acenando para o papel da cultura e da tradição, fiel à herança hayekiana afirma:

“O liberalismo não é uma coleção de axiomas e sim um comportamento cultural que privilegia a liberdade individual, respeita as forças de mercado, quer o governo limitado e afirma a responsabilidade individual” (O CARNAVAL..., 1996).

Mas sua identificação com o discurso ultraliberal atual e suas raízes hayekianas não se esgotam na apologia sistemática a favor de uma ordem que considera espontânea e que por suposto compreende que toda intervenção introduz desordem e é produtora de injustiças. Roberto Campos faz uma análise da história, da inexorabilidade do consumismo e da globalização:

*“A globalização é um movimento oposto ao que preponderou na economia internacional no período entre-guerras, quando se verificou uma progressiva compartimentalização política do espaço econômico mundial e as economias individuais foram ficando mais dirigistas e fechadas. Isso contrariou uma **tendência inerente** ao capitalismo industrial, já clara desde o começo do século passado, e dominante desde a década de 1840” (PAREM..., 1996).*

3 CONCLUSÃO

Como vimos na primeira parte deste artigo, todo discurso do mercado para se autolegitimar e se apresentar como uma teoria geral da sociedade sofre exigências de cientificidade. Em Adam Smith, a solução científica para a explicação da ordem liberal pelo mercado se confunde com o nascimento da Economia enquanto disciplina. A ordem ou o bem-estar social é o resultado dos interesses privados individuais ou produto da aplicação do princípio do individualismo metodológico. A

noção de mercado é entendida como mais complexa do que um local de trocas: o mercado é a própria forma de organização da sociedade, seu fundamento e em última instância, seu operador social. A economia surge como uma teoria do mercado, que é ao mesmo tempo, uma solução para a explicação da sociedade e uma solução para a questão filosófico-científica que angustiou os modernos durante séculos. A grande questão da modernidade girava em torno da possibilidade de se pensar a sociedade e sua ordem como independente da ação divina. Para tanto, tornou-se necessário redimensionar o papel do homem que se tornou seu fundamento inequívoco e a explicação última para o entendimento da inteligibilidade da sociedade moderna caracterizando o movimento antropomórfico que forneceu substância à Revolução Científica Moderna.

No final do século XIX, a chamada “revolução marginalista” da economia inaugurou o caminho de cientificidade e positividade ditado pelo espelho da Física e Walras, como uma de suas grandes expressões, tentou demonstrar lógico-matematicamente a superioridade do mercado através do equilíbrio geral, baseando-se em princípios e parâmetros altamente restritivos. Para os neoclássicos, a possibilidade de solução de uma ordem axiomática está no *hard core* do seu programa de pesquisa, em que a Teoria do Equilíbrio Geral, encapsula a noção de bem-estar no conceito de equilíbrio ótimo e os interesses privados no cálculo racional maximizador.

Para Hayek, o mercado para se impor enquanto teoria deve sair dos limites rígidos da demonstração matemática e adquirir a *souplesse* teórica necessária que sua crítica ao construtivismo racional neoclássico exige. Neste desígnio, substitui equilíbrio por processo, construtivismo por evolucionismo, racionalidade onipotente por racionalidade limitada. Critica o conhecimento total e o substitui por um conhecimento inteligente, posto que, sabedor de suas limitações. O mercado, para ele, além de ser uma organização semelhante a um organismo eficiente que corrige automaticamente os distúrbios de seu funcionamento, se autodesenvolve na história que lhe serve para afirmar sua existência e auto-realização: o mercado para Hayek é a própria manifestação do pensamento inteligente. Esta idéia de um processo inexorável e impessoal que reafirma o mercado como *modus vivendi* traz novos elementos de análise ao pensamento único do mercado. Ela rompe com a demonstração matemática dos neoclássicos recuperando radicalmente a idéia smithiana de uma ordem que emerge espontaneamente. Ao mesmo tempo, esta mesma idéia joga para a história a função de afirmar inteligentemente a inexorabilidade deste processo considerado impessoal. Esta ambição de ver a totali-

dade e ler a história desvendando supostamente suas leis imanes reveladas, revela um hiper-racionalismo e uma contradição aos próprios termos em que é construído o discurso crítico hayekiano à onipotência da razão, à intervenção e ao plano. Mas esta contradição não vem ao caso. Embora contraditório do ponto de vista lógico e recorrente do ponto de vista filosófico (estamos diante de uma nova razão hegeliana?) esta idéia de que o mercado é global e que existe uma inexorabilidade num processo histórico considerado impessoal e espontâneo tem se difundido política, teórica e ideologicamente. E somada à idéia de globalização, esta mesma idéia tem se prestado ao fatalismo, ao dogmatismo e à apologia do mercado como a única solução presente e futura para as sociedades organizadas.

Certamente, é através dessa idéia hayekiana de mercado como presente e *dever* que podemos estabelecer uma relação entre a contribuição teórica de Hayek, autor considerado como uma das grandes referências do discurso do mercado neste final de século e o trabalho de divulgação jornalístico/apologético do economista brasileiro Roberto Campos. Teoria e apologia se articulam para passar a idéia do mercado como história presente e como fim das sociedades. A crítica que Hayek faz ao planismo ou ao racional-construtivismo certamente sensibiliza e liberta Campos de seu passado intervencionista permitindo que ele proceda à uma inflexão na sua trajetória teórica e abrace à construção lógica-retórica da defesa incondicional do mercado, em que toda intervenção é produtora de desordem e injustiça.

Em resumidos termos, sua identificação maior com os termos teóricos hayekianos está repousada na idéia filosófica de uma razão positivista que consegue ver o que é melhor para todos: o mercado como a melhor forma de organização da sociedade e o processo desta auto-realização como algo irreversível, inexorável e desejável por todos. O sentido apelativo e apologético vem como decorrência desta questionável certeza. Roberto Campos sempre recorreu à retórica (no sentido estrito da arte da persuasão) durante toda a sua trajetória política para difundir e tentar convencer aquilo que acreditava. Mas nunca o fez com tanta insistência, como nestas últimas décadas, em que baseado nas idéias hayekianas, está convencido que encontrou no mercado a chave da compreensão da história e na sua inexorabilidade supostamente inquestionável, a única forma de organização possível para a sociedade brasileira.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROW, K., HAHN, F. *General analyses competitive*. San Fransisco: Holden Day, 1971.
- ASISCHNEUMONIDAE da Previdência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BERTRAND, P. *Histoire d'une question: das Adam Smith problem*. Colloque: Faire L'Histoire de la Pensée, Paris, 1994.
- CAMPOS, R. *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*. São Paulo: Digesto Econômico, 1952.
- *A Moeda, o Governo e o Tempo*. Rio de Janeiro: APEC, 1964.
- *Do outro lado da cerca*. Rio de Janeiro: APEC, 1968.
- *Ensaio contra a maré*. 2.ed. Rio de Janeiro: APEC, 1969.
- *Um guia para os perplexos*. Rio de Janeiro: APEC, 1984.
- *Antologia do bom senso*. Topbooks, 1996.
- DUMONT, L. *L'homo aequalis: gênese et epanouissement de l'idéologie économique*. Editions Gallimard, 1977.
- DE VILLÉ, P. *Comportements concurrentiels et équilibre général: la nécessité des institutions*. Economie Appliqué, Tome XLIII, 1990.
- DUPUY, J. P. *Le sacrifice et l'envie: le libéralisme aux prises de la justice*. Calmann Levy, 1992.
- FERRY, L. *Philosophie politique*. Paris: PUF, v. 2, 1984.
- GANEM, A. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. *Literatura Econômica*, IPEA, v. 11, n. 25, 1989.
- *Théorie de l'équilibre général: le mythe de l'ordre rationnel*. Paris X-Nanterre Université, 1993. (Tese).
- *Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Nobel Editora, v. 16, n. 2 (62), abr.-jun. 1996.
- HAHN, F. *Théorie de l'équilibre general*. In: *Crise et renouveau de la theorie économique*. Bonnel-Publisud, 1986.

- HAYEK, F. *Droit, législation et liberté*. Tomes I, II et III, Quadrige, PUF, 1980.
- *La présomption fatale: les erreurs du socialisme*. Paris: PUF, 1993.
- HIRSHMAN, L. *As paixões e os Interesses*. Paz e Terra, 1979.
- LAGUEX, M. *Le Néo-libéralisme comme programme de recherche et comme idéologie*. Cahier d'Economie Politique, L'Harmattan, 1989.
- MORISHIMA, M. General equilibrium theory in twenty-first century. In: HEY, J. D. (Org.). *The Futur of Economics*, Basil Blackwel, Oxford, 1992.
- O CARNAVAL dos Neolíticos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 maio 1996.
- OS PERIGOS da Inocência. *Folha de São Paulo*, 20 ago. 1995.
- PAREM o mundo que eu quero saltar. *Folha de São Paulo*, 7 jul. 1996.
- PERELMAN, CH. *Le champ de l'argumentation*. PUF de Bruxelles, 1970.
- ROSANVALLON, P. *Le libéralisme économique*. Editions Du Seuil, 1989.
- TRÊS CONVERSÕES. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 maio 1997.
- TOLIPAN, R. Equilíbrio e história do pensamento econômico. *Literatura Econômica*, IPE, 1992.
- WALRAS, L. *Éléments d'économie politique pure*. Paris, Libraire Général de Droit et de Jurisprudence, 1952.